

# Economia

• CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, sábado, 1º de março de 2014

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Ibovespa</b> Índice Bovespa nos últimos dias (em pontos)	<b>Global 30</b> Título da dívida externa brasileira na sexta-feira	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>Capital de giro</b> Na sexta-feira	<b>CDB</b> Pré-fixado 30 dias (ao ano)	<b>Infla</b> IPCA 4
1,08% São Paulo	46.715 25/2 26/2 27/2 28/2	US\$ 5,847 ▲ 0,10%	R\$ 2,345 ▲ 0,88%	R\$ 3,239	35,98%	9,95%	Setembro/2013 Outubro/2013 Novembro/2013 Dezembro/2013 Janeiro/2014

## INFRAESTRUTURA

Especialistas e empresários acusam o governo de não agir com transparência e esconder os riscos de racionamento de eletricidade no país. Para ministro, situação é confortável

# Setor de energia em alta tensão

» SÍLVIO RIBAS

A falta de transparência do governo em lidar com a atual crise energética — provocada pelo declínio do nível dos reservatórios de hidrelétricas em pleno período chuvoso e pelo avanço do consumo, embalado pelas altas temperaturas em todo o país — está testando os nervos de empresários e de autoridades do setor. As seguras posturas evasivas do Palácio do Planalto em relação ao crescente estresse do Sistema Interligado Nacional (SIN) começaram a alimentar o temor de que um racionamento nos moldes do adotado pelo país em 2001 seja anunciado logo após as eleições.

Apesar dos impedimentos fiscais para arcar com a disparada do custo da eletricidade, puxado pelo uso intensivo da caríssima geração térmica, e dos alertas do Operador Nacional do Sistema (ONS) sobre os volumes escassos de chuvas, o governo insiste em colocar nas mãos de São Paulo a saída para driblar o colapso nos próximos meses. Mas a expectativa oficial de reforço no fluxo dos rios do Sudeste e do Centro-Oeste ainda não se confirmou.

O Operador Nacional do Sistema (ONS) estima que as chuvas de março no Sudeste e Centro-Oeste, principais regiões para abastecimento dos reservatórios das hidrelétricas, devem representar 67% da média histórica para o mês. O ponto de equilíbrio seria 76%. É nesse contexto que algumas associações do setor elétrico estão preparando uma carta a ser entregue ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, na qual expressam suas preocupações quanto à situação das hidrelétricas e à garantia de abastecimento de energia. O governo admite risco de 5,7% de racionamento, enquanto analistas veem de 15% a 20% de possibilidade de a população ser obrigada a economizar luz.

### Pior das medidas

O estoque de água das usinas do Sudeste e Centro-Oeste, as principais para atender a demanda do país, está terminando fevereiro a 34,71% e se aproximando do quadro do fim de fevereiro de 2001, período de racionamento. Os percentuais estão abaixo da expectativa do ONS e com uma queda de mais de oito pontos antes de dezembro de 2013. "Melhor seria os órgãos responsáveis abrirem o jogo com a população sobre o quadro crítico para evitar o racionamento, a pior das medidas", alertou João Carlos Mello, da consultoria Thyms.

O especialista explicou que a eventual repetição de um plano nacional de contingenciamento de energia, 13 anos após o realizado no governo Fernando Henrique Cardoso, terá de seguir a mesma meta de redução da demanda, de 20%. "Para ter credibilidade e cumprir a sua missão, esse percentual não poderia ser menor", adverte, lembrando que uma redução voluntária de 5% do consumo já estaria esse ano, além

de sair bem mais barato ao país.

Reginaldo Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraeel), acrescentou que a geração térmica está custando R\$ 2,5 bilhões mensais ao setor, montante que poderia ser reduzido para R\$ 700 milhões se o consumo atual fosse apenas 5% menor. "O preço elevado da eletricidade retrata bem a gravidade da escassez nas hidrelétricas. É uma pena que o consumidor não esteja sendo informado desses custos, que, por mais que o Tesouro Nacional tente compensar com aportes, acabarão sendo cobrados no futuro próximo", sublinhou.

O executivo lamentou que as bandeiras tarifárias, sistema concebido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para avisar o cliente da distribuidora sobre o encarecimento da energia, não estejam funcionando plenamente. "Sem esse sinal real de preço e com a promessa de descontos nas tarifas, o cidadão acabou induzido a se comportar de maneira inversa ao ideal, ampliando sua demanda", observou. Com a pressão do nível baixo das represas, o preço do megawatt-hora (MWh) para março foi fixado ontem no máximo de R\$ 822,83 para os mercados Sudeste e Sul.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, considera o cenário atual preocupante à medida que está evidente a dependência cada vez maior de chuvas mais vigorosas até abril. "O governo poderia estar contando com o apoio da população para superar as dificuldades do momento atual, mas preferiu se ariscar, apostando tudo numa mudança radical da meteorologia em período tão curto, de apenas um mês", observou.

Enquanto torce para que as chuvas dos próximos dois meses reabasteçam as hidrelétricas, o governo come para pôr em operação, até o fim de abril, usinas que ajudem a evitar o racionamento. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) projeta o início da atividade até o fim do mês que vem de 3,8 mil megawatts (MW), gerados em diversas fontes, incluindo turbinas das usinas do Rio Madeira (RO), Santo Antônio e Jirau, afetadas pelas recentes cheias. O reforço de 11,2 mil MW de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), só deve chegar em 2015.

### Consumo em alta

O consumo nacional de eletricidade cresceu em janeiro 4,9% sobre igual mês de 2012, atingindo 40,25 mil gigawatts-hora (GWh). As altas temperaturas intensificaram o uso de ar-condicionados e ventiladores, puxando a demanda residencial e também de estabelecimentos de serviços e varejo. Destaca-se também, como efeito do clima, o crescimento do consumo nas áreas rurais (10,7%), puxado pelo aumento do uso de irrigação, sobretudo no Sul do país. O consumo industrial avançou só 0,9%, impactado negativamente pela perda de fôlego da atividade em áreas como a metalúrgica

## RACIONAMENTO, O RETORNO

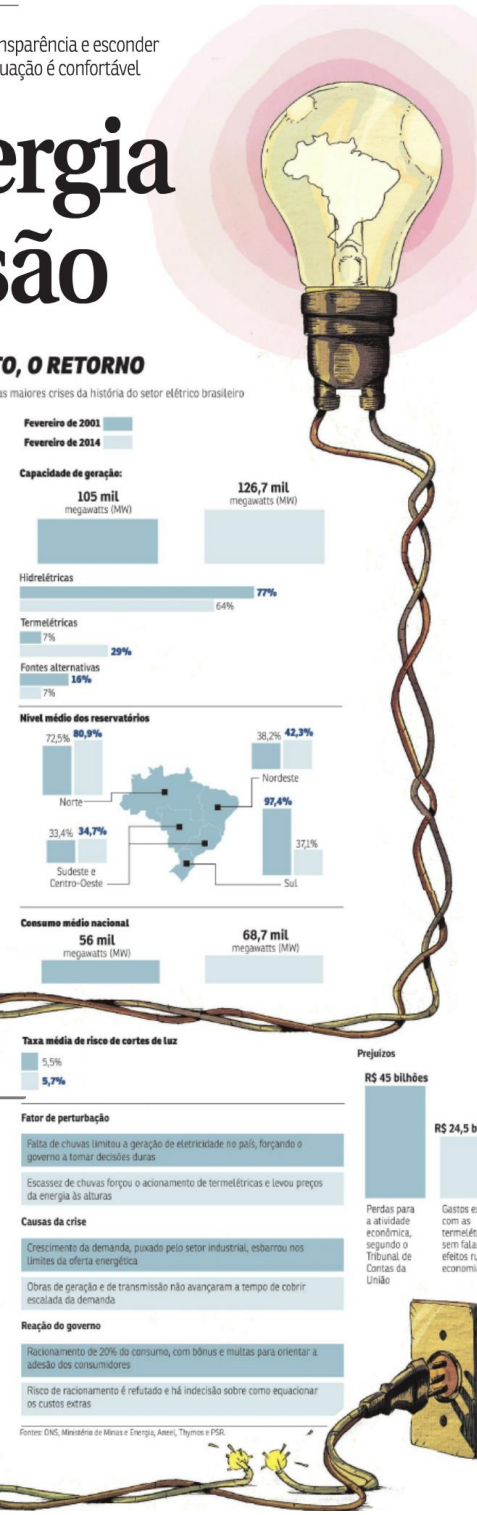
Diferenças e semelhanças entre as maiores crises da história do setor elétrico brasileiro

### Onde mora o perigo

Para o governo, um risco de até 5% de a oferta nacional de eletricidade não atender a demanda é considerado manejável. Para consultorias, esse risco está entre 15% e 20%. Se esse percentual mínimo de reserva da capacidade de geração para evitar blecautes ficar abaixo do ideal, tornam-se obrigatórios cortes no fornecimento ou reduções volumétricas do consumo. Para isso, são anunciados, mensalmente, retardários a partir de séries históricas de chuvas e outros dados

### Sinal amarelo

Apesar de o governo acalmar uma sobra de energia de até 9% em relação às projeções feitas para o ano, o volume de chuvas de janeiro e fevereiro é o pior em 60 anos e leva à insegurança no quadro anualizado de 2014. Em vários dias do mês passado, o percentual de excedente para manobra ficou na casa de 0,8%, a exemplo do ocorrido minutos antes do apagão do último dia 4 de fevereiro, que deixou mais de 6 milhões de pessoas no escuro em 13 estados e no Distrito Federal.



*Especialistas e empresários acusam o governo de não agir com transparência e esconder os riscos de racionamento de eletricidade no país. Para ministro, situação é confortável*

A falta de transparência do governo em lidar com a atual crise energética - provocada pelo declínio do nível dos reservatórios de hidrelétricas em pleno período chuvoso e pelo avanço do consumo, embalado pelas altas temperaturas em todo o país - está testando os nervos de empresários e de autoridades do setor. As seguidas posturas evasivas do Palácio do Planalto em relação ao crescente estresse do Sistema Interligado Nacional (SIN) começaram a alimentar o temor de que um racionamento nos moldes do adotado pelo país em 2001 seja anunciado logo após as eleições.

Apesar dos impedimentos fiscais para arcar com a disparada do custo da eletricidade, puxado pelo uso intensivo da caríssima geração térmica, e dos alertas do Operador Nacional do Sistema (ONS) sobre os volumes escassos de chuvas, o governo insiste em colocar nas mãos de São Pedro a saída para driblar o colapso nos próximos meses. Mas a expectativa oficial de reforço no fluxo dos rios do Sudeste e do Centro-Oeste ainda não se confirmou.

O Operador Nacional do Sistema (ONS) estima que as chuvas de março no Sudeste e Centro-Oeste, principais regiões para abastecimento dos reservatórios das hidrelétricas, devem representar 67% da média histórica para o mês. O ponto de equilíbrio seria 76%. É nesse contexto que algumas associações do setor elétrico estão preparando uma carta a ser entregue ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, na qual expressam suas preocupações quanto à situação das hidrelétricas e da garantia de abastecimento de energia. O governo admite risco de 5,7% de racionamento, enquanto analistas veem de 15% a 20% de possibilidade de a população ser obrigada a economizar luz.

Pior das medidas

O estoque de água das usinas do Sudeste e Centro-Oeste, as principais para atender a demanda do país, está terminando fevereiro a 34,71% e se aproximando do quadro do fim de fevereiro de 2001, período de racionamento. Os percentuais estão abaixo da expectativa do ONS e com uma queda de mais de oito pontos ante dezembro de 2013. "Melhor seria os órgãos responsáveis abrirem o jogo com a população sobre o quadro crítico para evitar o racionamento, a pior das medidas", alertou João Carlos Mello, da consultoria Thymos.

O especialista explicou que a eventual repetição de um plano nacional de contingenciamento de energia, 13 anos após o realizado no governo Fernando Henrique Cardoso, terá de perseguir a mesma meta de redução da demanda, de 20%. "Para ter credibilidade e cumprir a sua missão, esse percentual não poderia ser menor", adverte, lembrando que uma redução voluntária de 5% do consumo já evitaria esse aperto, além de sair bem mais barato ao país.

Reginaldo Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), acrescentou que a geração térmica está custando R\$ 2,5 bilhões mensais ao setor, montante que poderia ser reduzido para R\$ 700 milhões se o consumo atual fosse apenas 5% menor. "O preço elevado da eletricidade retrata bem a gravidade da escassez nas hidrelétricas. É uma pena que o consumidor não esteja sendo informado desses custos, que, por mais que o Tesouro Nacional tente compensar com aportes, acabarão sendo cobrados no futuro próximo", sublinhou.

O executivo lamentou que as bandeiras tarifárias, sistema concebido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para avisar o cliente da distribuidora sobre o encarecimento da energia, não estejam funcionando plenamente. "Sem esse sinal real de preço e com a promessa de descontos nas tarifas, o cidadão acabou induzido a se comportar de maneira inversa ao ideal, ampliando sua demanda", observou. Com a pressão do nível baixo das represas, o preço do megawatt-hora (MWh) para março foi fixado ontem no máximo de R\$ 822,83 para os mercados Sudeste e Sul.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, considera o cenário atual preocupante à medida que está evidente a dependência cada vez maior de chuvas mais vigorosas até abril. "O governo poderia estar contando com o apoio da população para superar as dificuldades do momento atual, mas preferiu se arriscar, apostando tudo numa mudança radical da meteorologia em período tão curto, de apenas um mês", observou.

Enquanto torce para que as chuvas dos próximos dois meses reabasteçam as hidrelétricas, o governo corre para pôr em operação, até o fim de abril, usinas que ajudem a evitar o racionamento. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) projeta o início da atividade até o fim do mês que vem de 3,8 mil megawatts (MW), gerados em diversas fontes, incluindo turbinas das usinas do Rio Madeira (RO), Santo Antônio e Jirau, afetadas pelas recentes cheias. O reforço de 11,2 mil MW de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), só deve chegar em 2015.

#### Consumo em alta

O consumo nacional de eletricidade cresceu em janeiro 4,9% sobre igual mês de 2012, atingindo 40,25 mil gigawatts-hora (GWh). As altas temperaturas intensificaram o uso de ar-condicionados e ventiladores, puxando a demanda residencial e também de estabelecimentos de serviços e varejo. Destaca-se também, como efeito do clima, o crescimento do consumo nas áreas rurais (10,7%), puxado pelo aumento do uso de irrigação, sobretudo no Sul do país. O consumo industrial avançou só 0,9%, impactado negativamente pela perda de fôlego da atividade em áreas como a metalúrgica.